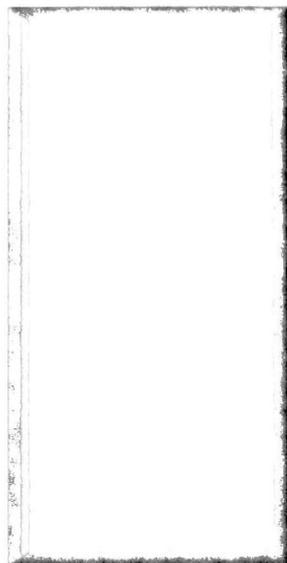


*João José de Oliveira Negrão (\*)*

## ***Conceitos fundamentais da sociologia de Durkheim***

(\*) Mestre e Doutorando em Ciências Sociais pela PUC-SP e  
Coordenador do Curso de Jornalismo da Universidade de  
Sorocaba — UNISO



## **RESUMO**

O artigo busca elencar as principais ferramentas conceituais para a teoria social formulada por um dos fundadores da sociologia moderna, o francês Émile Durkheim. Procura, ainda, mostrar que o positivismo – base epistemológica da qual Durkheim também foi um dos criadores – manifesta-se em algumas linhas do chamado pensamento pós-moderno que, como Durkheim, vê a ação humana aprisionada, de forma quase absoluta, aos condicionantes sociais.

## ***ABSTRACT***

*This article tries to specify the main conceptual tools for the social theory formulated by one of the founders of modern sociology, the French Émile Durkheim. It also tries to show that positivism – the epistemologic basis of which Durkheim was also one of the creators – is expressed in some branches of the so called post-modern thought which, like Durkheim, sees human action almost completely imprisoned in social restrictions.*

---

---

## *Introdução*

Émile Durkheim (1858-1917) forma, ao lado dos alemães Max Weber (1864-1920) e Karl Marx (1818-1883), o trio que – embora com profundas diferenças teóricas, metodológicas e ideológicas — garantiu as bases fundamentais da Sociologia, ciência que é a filha diletta da Razão e do racionalismo do século XIX. É verdade que nenhum deles é considerado o “pai” da Sociologia, título que fica – até mesmo por ter sido ele quem cunhou o nome da nova ciência – com o fundador do positivismo, o francês August Comte (1798-1857). No entanto, este era mais um filósofo (e, no final da vida, um pregador que chegou a fundar a religião positivista), do que propriamente um sociólogo.

### *1. As principais contribuições teóricas*

#### *1.1. Fatos sociais*

São esses os acontecimentos sobre os quais o sociólogo deve se debruçar, pois eles constituem o objeto da Sociologia. É isso que afirma Émile Durkheim em *As regras do método sociológico*, publicado, pela primeira vez, em 1895. De acordo com ele, podem-se distinguir três características nos fatos sociais: a **coerção social**, ou seja, a força que os fatos exercem sobre os indivíduos, levando-os a se conformarem às regras da sociedade em que vivem, independentemente de suas vontades ou escolhas. Tal força se manifesta, quando um indivíduo adota determinado idioma, submete-se a um determinado tipo de formação familiar ou quando está subordinado a determinado código de leis.

O grau de coerção dos fatos sociais se torna evidente pelas sanções a que o indivíduo está sujeito, quando tenta se rebelar. As sanções podem ser legais ou espontâneas. Legais são as sanções prescritas pela sociedade, sob a forma de leis, nas quais se identificam a infração e a penalidade subsequente. Espontâneas são as que decorrem de uma conduta não adaptada à estrutura do grupo ou sociedade à qual o indivíduo pertence. Durkheim exemplifica: “Se sou industrial, nada me proíbe de trabalhar utilizando processos e técnicas do século passado; mas, se o fizer, terei a ruína como resultado inevitável”

A educação desempenha, segundo Durkheim, uma importante tarefa nessa conformação dos indivíduos à sociedade em que vivem, a ponto de, após algum tempo, as regras estarem internalizadas e transformadas em hábitos.

---

A segunda característica dos fatos sociais é que eles existem e atuam sobre os indivíduos independentemente de sua vontade ou de sua adesão consciente; quer dizer, eles são **exteriores aos indivíduos**. As regras sociais, os costumes, as leis, já existem antes do nascimento das pessoas e são a elas impostas por mecanismos de coerção social. Portanto, os fatos sociais são, ao mesmo tempo, coercitivos e dotados de existência exterior às consciências individuais. “Quando desempenho a minha obrigação de irmão, esposo ou cidadão, quando satisfaço os compromissos que contraí, cumpro deveres que estão definidos, para além de mim e dos meus atos, no Direito e nos costumes. Mesmo quando eles estão de acordo com os meus próprios sentimentos e lhes sinto interiormente a realidade, esta não deixa de ser objetiva, pois não foram estabelecidos por mim, mas sim recebidos através da educação [...] Do mesmo modo, os fiéis, quando nascem, encontram já feitas as crenças e práticas da sua vida religiosa; se elas existiam antes deles é porque existiam fora deles. O sistema de sinais de que me sirvo para exprimir o pensamento, o sistema monetário que emprego para pagar as dívidas, os instrumentos de crédito que utilizo nas minhas relações comerciais, as práticas seguidas na minha profissão, etc., etc., funcionam independentemente do uso que deles faço” (pág. 87).

A terceira característica apontada por Durkheim é a **generalidade**. É social todo fato que é geral, que se repete em todos os indivíduos ou, pelo menos, na maioria deles. Desse modo, os fatos sociais manifestam sua natureza coletiva ou um estado comum ao grupo, como as formas de habitação, de comunicação, os sentimentos e a moral.

### *1.2. Objetividade do fato social*

Uma vez identificados e caracterizados os fatos sociais, Durkheim preocupa-se com o cientista social. Para ele, como para os demais positivistas, não haveria explicação científica, se o pesquisador não mantivesse distância e neutralidade com relação aos fatos, resguardando a objetividade da análise. É necessário que se deixem de lado as pré-noções, ou seja, os valores e sentimentos pessoais em relação ao acontecimento a ser estudado.

Nesse sentido, Durkheim aconselha o sociólogo a tratar os fatos sociais como coisas, isto é, objetos que, sendo-lhe exteriores, deveriam ser medidos, observados e comparados independentemente do que os indivíduos pensassem ou

---

declarassem a seu respeito. “Em que consiste, então, uma coisa? A coisa opõe-se à idéia como o que conhecemos do exterior se opõe ao que conhecemos do interior. É coisa todo objeto de conhecimento que não é naturalmente compenetrável pela inteligência, tudo aquilo de que não podemos ter uma noção adequada por um simples procedimento de análise mental, tudo o que o espírito só consegue compreender na condição de se extroverter por meio de observações e experimentações, passando progressivamente dos caracteres mais externos e mais imediatamente acessíveis aos menos visíveis e aos mais profundos” (pág. 76).

### *1.3. Normal e patológico*

Para Durkheim, a sociedade, como todo organismo, apresentaria estados normais e patológicos. Um fato social é considerado normal, quando se encontra generalizado pela sociedade ou quando desempenha alguma função importante para sua adaptação ou sua evolução. Nesse sentido, segundo Durkheim, o crime pode ser considerado normal, não só por ser encontrado em qualquer sociedade, em qualquer época, como também por representar a importância dos valores sociais que repudiam determinadas condutas como ilegais e as condenam a penalidades. O crime, então, teria por função integrar a sociedade em seu repúdio. Aos que se assustam com tal afirmação, Durkheim retruca: “o caráter normal de uma coisa e o sentimento de afastamento que ela inspira podem mesmo ser solidários. Se a dor é um fato normal, é-o na condição de não ser amada; se o crime é normal é-o na condição de ser detestado” (pág. 74).

A generalidade de um fato social é garantia de normalidade na medida em que representa o consenso social, a vontade coletiva ou o acordo de um grupo a respeito de determinada questão. Partindo, então, do princípio de que o objetivo máximo da vida social é promover a harmonia da sociedade consigo mesma e de que essa harmonia é conseguida através do consenso social, a saúde do organismo social se confunde com a generalidade dos acontecimentos e com a função destes na preservação desse acordo coletivo que se expressa sob a forma de sanções sociais. Quando um fato põe em risco a harmonia, o acordo, o consenso e, portanto, a adaptação e a evolução da sociedade, estamos diante de um acontecimento de caráter mórbido e de uma sociedade doente.

Portanto, normal é aquele fato que não extrapola os limites dos acontecimentos mais gerais de uma determinada sociedade e que reflete os valores e as

---

condutas aceitas pela maior parte da população. Patológico é aquele que se encontra fora dos limites permitidos pela ordem social e pela moral vigente. Dessa forma, trabalhando com o exemplo do crime — ressalte-se que Durkheim afirma a necessidade de se trabalhar com definições e valores de cada sociedade estudada, sem universalizá-los — podemos afirmar que, até dada quantidade estatística, o crime é normal; acima dessa quantidade, é patológico e mostra que tal sociedade se encontra em estado de anomia, conceito durkheimiano que significa ausência ou desintegração das normas sociais. No entanto, como as sociedades tendem ao consenso, os fatos patológicos, como as doenças, são considerados transitórios e excepcionais.

#### *1. 4. A consciência coletiva*

Em toda a sua teoria, Durkheim pretende demonstrar que os fatos sociais têm existência própria e independente daquilo que pensa e faz cada indivíduo em particular. Embora todos possuam suas ‘consciências individuais’, seus modos próprios de se comportar e interpretar a vida, podem-se notar, no interior de qualquer grupo ou sociedade, formas padronizadas de conduta e pensamento. É essa constatação que está na base do que Durkheim chamou de consciência coletiva, cuja definição aparece pela primeira vez em *Da divisão do trabalho social*: “um conjunto das crenças e dos sentimentos comuns à média dos membros de uma mesma sociedade [que] forma um sistema determinado que tem sua vida própria” (pág. 40).

A consciência coletiva não se baseia na consciência dos indivíduos singulares ou de grupos específicos, mas está espalhada por toda a sociedade. Ela revelaria o ‘tipo psíquico da sociedade’, que não seria apenas o produto do somatório das consciências individuais, mas algo diferente e mais complexo, que se imporia aos indivíduos e perduraria através das gerações.

A consciência coletiva é, em certo sentido, a forma moral vigente na sociedade. Ela aparece como regras fortes e estabelecidas que delimitam o valor atribuído aos atos individuais, definindo o que, numa sociedade, é considerado imoral, reprovável ou criminoso.

#### *1.5. Solidariedade mecânica e solidariedade orgânica*

Durkheim define dois tipos de solidariedade social — um dos eixos centrais de sua preocupação sociológica. A **solidariedade mecânica** é aquela que pre-

---

dominava nas sociedades pré-capitalistas, onde os indivíduos se identificavam por laços familiares, religiosos, da tradição e dos costumes, permanecendo independentes e autônomos em relação à divisão do trabalho social. É a solidariedade que existe pela semelhança entre os indivíduos daquelas sociedades. Aqui, a consciência coletiva exerce todo o seu poder de coerção sobre os indivíduos.

A **solidariedade orgânica** é aquela típica das sociedades capitalistas, onde, através da acelerada divisão do trabalho social, os indivíduos tornam-se interdependentes. É essa interdependência que garante a solidariedade social, em lugar dos costumes, das tradições ou das relações sociais estreitas. A solidariedade, aqui, existe pelas diferenças entre os indivíduos, que desempenham funções distintas na divisão do trabalho. A consciência coletiva é mais frouxa, pois, ao mesmo tempo em que os indivíduos são mutuamente dependentes, cada qual se especializa numa atividade e tende a desenvolver maior autonomia pessoal.

## ***2. Durkheim e o positivismo***

Durkheim — devedor de Comte, como ele mesmo afirma — pode ser considerado o pai da sociologia positivista, uma vez que aquele era mais um doutrinário, um filósofo especulador, enquanto este é efetivamente um sociólogo. Vamos precisar o positivismo. Sua hipótese fundamental diz que a sociedade humana é regulada por leis naturais, invariáveis e independentes da ação humana. Daí decorre uma epistemologia: os métodos e procedimentos para se conhecer a sociedade são iguais aos utilizados para conhecer a natureza; portanto, a metodologia das ciências sociais deve ser idêntica à metodologia das ciências naturais, uma vez que sociedade e natureza regem por leis do mesmo tipo. A concepção positivista afirma que a Ciência só pode ser objetiva e verdadeira, se eliminar as interferências das opções políticas, religiosas, dos valores morais, ideológicos, se estiver desvinculada das classes sociais — o que ela chama de preconceitos ou pré-noções.

O positivismo é herdeiro da Filosofia das Luzes e “da mesma maneira que esta filosofia, ele tem em um primeiro período um caráter utópico, quer dizer, é uma visão social do mundo de dimensão utópica, crítica e, até certo ponto, revolucionária” (LÖWI: 1993, pág. 37). No entanto, essa dimensão do positivismo transmuda-se com a ascensão da burguesia ao posto de classe dominante. Então, aquele pensamento que se encaixava numa classe contestadora, revolucionária, vai-se deslocando para uma posição conservadora, de justificação do existente.

---

---

Comte é quem demonstra claramente essa mudança, ao afirmar (citado por Löwi): “o positivismo tende, poderosamente, pela sua natureza, a consolidar a ordem pública, pelo desenvolvimento de uma sábia resignação. Porque não pode existir uma verdadeira resignação, isto é, uma disposição permanente a suportar com constância e sem nenhuma esperança de mudança os males inevitáveis, que regem todos os fenômenos naturais, senão através do profundo sentimento dessas leis invariáveis. A filosofia positiva, que cria essa disposição, se aplica a todos os campos, inclusive ao campo dos males políticos (...) [e] graças ao positivismo os proletários reconhecerão, com a ajuda feminina, as vantagens da submissão e de uma digna irresponsabilidade” (LÖWI, 1993, pág. 40).

Já estamos aí distantes dos primeiros positivistas, como Condorcet — que queria substituir uma teoria da sociedade “submetida aos preconceitos e aos interesses das classes poderosas” —, e do socialista utópico Saint-Simon.

Durkheim também formula um caráter conservador ao seu método positivista: “Nosso método não tem, portanto, nada de revolucionário. É até, num certo sentido, essencialmente conservador, uma vez que considera os fatos sociais como coisas cuja natureza, por mais elástica e maleável que seja, não é, no entanto, modificável à nossa vontade”. (*Regras*, pág. 74). Ainda segundo ele, em passagem citada por Löwi, “é tarefa do positivista explicar aos estudantes que os fenômenos psíquicos e sociais são fatos como os outros, como os fatos naturais, são submetidos a leis que a vontade humana não pode perturbar. Como os fatos sociais não dependem da vontade humana, por consequência, as revoluções, no sentido próprio da palavra, são tão impossíveis quanto os milagres” (LÖWI, 1993, pág. 41).

Para Durkheim, o objetivo da sociologia era estudar os fatos sociais, coisas que obedecem às leis sociais, tão invariáveis quanto as leis naturais. Portanto, seu método científico era o mesmo, bem como a busca da objetividade e da neutralidade. Embora reconheça a existência de ideologias, utopias, valores, ele diz que a sociologia não é individualista nem socialista e, por princípio, ignora tais teorias, porque as considera sem valor científico. Outro ponto importante em Durkheim é sua recomendação de que o sociólogo deve abafar seus preconceitos e suas paixões, pois somente assim ele poderá iniciar o discurso objetivo da Ciência.

Mas, segundo Michael Löwi, nas “colocações dos positivistas, que obviamente são incapazes de resolver o problema da objetividade, existe um núcleo de verdade, um núcleo razoável, ou racional, que é o seguinte: deve existir um

---

esforço do cientista social, uma intenção de chegar ao conhecimento objetivo e verdadeiro [senão será] propaganda, publicidade, ou seja o que for (...) O importante no terreno das ciências sociais é aquela ciência que resulta efetivamente de uma tentativa sincera de produzir um conhecimento científico. É aí que entram as pré-noções, os preconceitos, os prejuízos, isto é, as ideologias, as visões de mundo, as utopias e, obviamente, então, certa receita não serve para nada, porque o problema é muito mais profundo, já não é mais uma questão de boa fé, de boa vontade ou de sinceridade, a questão está em como enfrentar o papel inevitável, necessário, dos chamados preconceitos, isto é, das ideologias, das utopias, das visões sociais de mundo no processo de conhecimento social. É aí que as receitas do positivismo clássico, do tipo durkheimiano, não valem nada. É preciso ir mais além” (LÖWI, 1993, pág. 44/45).

### **Conclusão**

No entanto, conservador ou não, Durkheim é, com méritos indiscutíveis, um dos monstros sagrados da sociologia mundial e deve ter sua obra estudada com afinco, na medida do possível, dentro dos parâmetros nos quais ela se delimita. Sua presença nas ciências humanas é tão forte, ainda hoje, que podemos notar sua influência até em pensadores pós-modernos ou desconstrutivistas, embora estes, ao contrário de Durkheim, não pensem – e mesmo critiquem – a partir de uma noção de totalidade.

Senão, vejamos as seguintes passagens de sua obra, citadas por Moya: “Certas formas de fazer e de pensar adquirem, por consequência da repetição, uma espécie de consistência, que as precipita, por assim dizer, e as isola dos acontecimentos particulares que as refletem. Assumem assim um corpo, uma forma sensível que lhes é própria e constituem uma realidade *sui generis*, muito distinta dos fatos particulares que a manifestam” (...) Não se trata de fenômenos pertencentes a uma ordem real diversa, visto que essas “formas de ser se impõem ao indivíduo do mesmo modo que as formas de agir de que falamos (...) essas formas de ser não passam de formas de agir consolidadas” (MOYA, 1977, pág. 42).

Tais afirmações lembram muito de perto a obra de Michel Foucault, pelo menos no que diz respeito à ausência de um sujeito capaz de ação e de consciência. Se substituirmos ‘formas de fazer e de pensar’ por ‘saber-poder’, binômio que, na visão foucaultiana, é constituinte da sociedade em suas ‘tramas históri-

cas', veremos aí claramente uma influência do positivismo durkheimiano. E vale lembrar que o próprio Foucault afirmava-se um "positivista feliz"<sup>1</sup>.

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

1. COSTA, Maria Cristina C. **Sociologia: introdução à ciência da sociedade**. São Paulo: Moderna, 1987.
2. DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983. Coleção "Os Pensadores".
3. \_\_\_\_\_. **Da divisão do trabalho social**. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983. Coleção "Os Pensadores".
4. FORACCHI, Marialice e MARTINS, José de Souza. **Sociologia e sociedade**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1978.
5. FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 11. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1993.
6. LÖWI, Michael. **Ideologias e ciência social**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 1993.
7. MOYA, Carlos. **Imagem crítica da sociologia**. São Paulo: Cultrix, 1977.
8. RAISON, Timothy (Org.). **Os precursores das ciências sociais**. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.
9. RODRIGUES, José A. (Org.). **Durkheim**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1981.

<sup>1</sup> Foucault é crítico à idéia de sujeito. Ele afirma a necessidade de livrar-se "do próprio sujeito, isto é, chegar a uma análise que possa dar conta da constituição do sujeito na trama histórica [...] uma forma de história que dê conta da constituição dos saberes, dos discursos, dos domínios de objeto etc., sem ter que se referir a um sujeito, seja ele transcendente com relação ao campo de acontecimentos, seja perseguindo da identidade vazia ao longo da história" (FOUCAULT, 1993, pág. 7). Para ele, o poder está diluído em inúmeras instituições sociais, como a família, a clínica, a prisão etc. E, por consequência, o poder de Estado, ou o poder político, perde qualquer centralidade na análise, ganhando ênfase "os micropoderes que se exercem em nível do cotidiano". Por isso, não é de estranhar que ele conclua sobre a necessidade de uma revolução do cotidiano - se assim podemos chamar - para que se processe qualquer modificação, porque "uma das primeiras coisas a compreender é que o poder não está localizado no aparelho de Estado e que nada mudará na sociedade se os mecanismos de poder que funcionam fora, abaixo, ao lado dos aparelhos de Estado a um nível muito mais elementar, cotidiano, não forem modificados" (FOUCAULT, 1993, pág. 150). A liberdade, então, estaria no rompimento destes pequenos grilhões. Ao absolutizar o 'cotidiano', sem mediações com o Estado e a Política, Foucault não deixa espaços para a construção de identidades coletivas. Então, ao contrário do que ocorre em Hannah Arendt, por exemplo, não existe, em Foucault, um espaço para a ação humana baseada na razão e realizada na pluralidade - a única das três atividades (labor, trabalho e ação) que não pode sequer ser imaginada sem a companhia de outros homens - no sentido da construção de um espaço público comum onde se realize a Política, uma vez que o homem, vítima dos micropoderes a que está submetido, tem por objetivo livrar-se deles e modificar sua 'vida privada'. Em Foucault, não há distinção entre o público (vida na *pólis*) e o privado (vida no lar). Na verdade, Foucault chega quase a negar a Política enquanto construção desse espaço público, onde também se constroem identidades coletivas, e no qual, de acordo com Arendt, se realiza a liberdade.